

## LEMBRAR PARA QUE NÃO VOLTE A ACONTECER

Brasil luta pela abertura dos documentos do Regime Militar em busca de sua memória

Por Alexandre Bazzan,  
Isabel Harari  
e Patricia Gebara

São feridas que permanecem abertas. No Brasil, o período entre 1964 e 1985 é visto através de uma catarata construída pelo Regime Militar, que impede o conhecimento completo da História. Os documentos que contêm informações sobre os chamados “Anos de Chumbo” estão sob custódia do governo, que desde o processo de democratização se mostra reticente em trazê-los a público. O resgate à memória é de suma importância para que as marcas deixadas pela ditadura não sejam varridas pelo esquecimento, e o povo brasileiro não seja submetido novamente a um regime repressor e desumano.

**Movimentos.** – Durante o governo Lula, o Ministério dos Direitos Humanos propôs a criação da Comissão da Verdade e Justiça, que visa o esclarecimento de crimes cometidos durante o período ditatorial. No mandato de Dilma Rousseff o projeto ainda não saiu do papel: depende da aprovação do Congresso, que articula sua implantação ainda neste semestre. A Comissão, segundo o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, não é um processo de retaliação nem de investigação: “É a recomposição da memória histórica para que também nós tenhamos segurança em relação ao futuro”.

Existem vários movimentos regionais e de âmbito nacional em prol da abertura dos arquivos do Regime Militar. O grupo Tortura Nunca Mais, criado no final de 1985 por ex-presos políticos e seus familiares, combate toda e qualquer violação aos direitos humanos, promovendo campanhas para o esclarecimento dos crimes cometidos pelo governo contra a sociedade brasileira.

Não são somente pessoas afetadas diretamente pela ditadura que lutam por transparência e justiça em relação ao ocorrido no período entre 1964 e 1985, Marcelo Ramos, estudante e membro da Federação do Movimento Estudantil de História, FEMEH, conta que em 2011 já peregrinou por norte, nordeste, sul e sudeste brasileiro promovendo debates e articulando adesões de centros acadêmicos de diversas universidades na luta pela implantação da Comissão da Verdade. A campanha nacional pela abertura dos arquivos da ditadura promovida pela FEMEH realizou vários atos e debates durante esse ano, mas Ramos diz que os arquivos disponíveis ainda são poucos e de baixa relevância quando se trata de responsabilizar os culpados.

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil- Memórias Reveladas, sob administração do Arquivo Nacional colocou em rede documentos referentes às décadas de 60 a 80. Porém, o acesso aos arquivos pessoais é restrito a quem está diretamente envolvido, seus familiares, ou através de uma procuração. O portal trabalha apenas com documentos estaduais e nacionais não protegidos por leis e que não pertencem ao Centro de Inteli-



Fotos: Jefferson Stader

Memorial da Resistência



“O PRESIDENTE LULA NÃO TEM PRESSA DE ABRIR OS ARQUIVOS, DIZENDO AOS CHEFES DAS FORÇAS ARMADAS EM 24 DE OUTUBRO QUE ELE APROVA QUE OS MANTENHAM SELADOS E PEDINDO AOS OFICIAIS QUE COOPEREM COM O COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS SE HOVER AUDIÊNCIAS”

gência do Exército, serviço do governo militar que foi parte importante na máquina da repressão.

**Limitações.** – A restrição à abertura de arquivos do período ditatorial era justificada pela Lei 11.111: “Art. 3º. Os documentos públicos que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado poderão ser classificados no mais alto grau de sigilo, conforme regulamento.” A lei foi proposta no intuito de manter ocultos os nomes dos agentes públicos, civis e militares envolvidos nos casos de tortura, morte e desaparecimentos. Silvia Pimentel, jurista e professora, diz que o receio em publicar os registros é político, pois as teses de Segurança Nacional não mais vigoram.

O Brasil não teve justiça de transição. A mudança para a democracia em 1985 foi um pacto entre a cúpula governamental que garantiu a

impunidade e a manutenção dos poderes dos militares. Os participantes do Regime de 64 são os mesmos que constituem o cenário político e econômico da década de 80, 90 e até hoje. A influência exercida por essas figuras continua forte o suficiente para manter escondidos nos porões da ditadura materiais que fazem parte da história da sociedade.

Em fevereiro deste ano, o portal *Wikileaks* revelou um documento de 2004 em que o embaixador norte americano Clifford Sobel, em um telegrama enviado à Casa Branca, discorre sobre o desconforto e a resistência do governo brasileiro em expor arquivos da ditadura: “O presidente Lula não tem pressa de abrir os arquivos, dizendo aos chefes das Forças Armadas em 24 de outubro que ele aprova que os mantenham selados e pedindo aos oficiais que cooperem com o Comitê de Direitos Humanos se houver audiências”. Outro tre-

cho aponta a ambiguidade de um governo democrático que sofre influências do Regime instaurado em 64: “A cultura, economia e vida política brasileiras ainda contêm muitas dessas ironias (por exemplo, a gigante da aviação Embraer, de propriedade privada, começou como uma sinecura paraestatal para ex-oficiais da Força Aérea em 1969)”.

É comum em países democráticos que se liberem, de tempos em tempos, arquivos confidenciais ao público, os EUA têm essa prática. Recentemente, alguns desses arquivos apareceram no filme “O dia que durou 21 anos” de Camilo Tavares. O longa metragem mostra conversas do Presidente Kennedy e, posteriormente, de Lyndon Johnson com o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon. Na conversa, Gordon dizia temer as posições do governo de João Goulart, que era caracterizado por eles como esquerdista. O embaixador pedia, inclusive, o envio de tanques caso fosse necessário derrubar Jango. Não foi preciso, com o apoio estadunidense, os militares tomaram o poder em 1964.

Alguns desses arquivos também mostram a clara participação militar brasileira.

A publicação absoluta dos documentos da ditadura, inclusive os detidos nas mãos dos militares, ainda é incerta. Porém, a disseminação destes não possibilitará a consolidação do projeto democrático, pois as personagens envolvidas nos crimes contra os direitos humanos permanecerão sem julgamento.

A Lei da Anistia (nº6683), que por pressão popular entrou em vigor em 1979, impede a perseguição penal e a averiguação sobre a culpabilidade dos acusados de crimes políticos cometidos entre 1961 e 79, é irrevogável. Foi feita pelos próprios militares, que se auto-anistiam, no intuito de desassociá-los dos delitos cometidos por eles contra a sociedade brasileira, e apaziguar os ânimos da população, que exigia a volta dos exilados políticos e liberdade para os que ficaram no país.

Nas palavras de Rose Nogueira, ex-presa política, jornalista e integrante do grupo Tortura Nunca Mais, a interpretação da Lei de 1979 é “oportunista, sem vergonha, anti-histórica e con-

tra o povo brasileiro”. Isso porque os crimes lesa-humanidade não podem ser anistiados e o termo “auto-anistia” é inconstitucional. Existem movimentos que reivindicam a reestruturação da lei, para que as devidas punições ocorram, porém, ainda há certo receio por parte da cúpula governamental em revirar o passado e pressionar os militares, muitos dos quais ainda fazem parte da esfera de poder.

**Reflexos.** – A sombra da ditadura projeta-se além das marcas da repressão política. A estrutura do país foi desmontada em prol dos interesses governamentais, pautados pela política externa americana no período da Guerra Fria. Serra Pelada tinha ouro em abundância, e se tornou um formigueiro humano, povoada por brasileiros em busca do minério. O Major Curió, conhecido por sua participação violenta na repressão da Guerrilha do Araguaia, recebeu o terreno paraense do Governo Militar, e administrava o processo de extração promovendo um trabalho semi-escravo, diz Rose Nogueira. Estimuladas pelos incentivos fiscais, as grandes empresas ocuparam a Floresta Amazônica. O desmatamento nunca foi tão intenso. A Volkswagen possuía uma fazenda do tamanho de Sergipe e trouxe trabalhadores do Sul para viverem ali, e para tanto, dizimou os índios da região. São crimes contra a humanidade e o patrimônio nacional, destaca a jornalista. O conhecimento destes e a punição dos responsáveis são de suma importância para que não ocorram novamente.

O Regime Militar desmontou o ensino brasileiro: implantou o modelo de estudo americano, estruturado em células independentes, em detrimento de um estudo universal. As ciências humanas deram lugar à OSPB (Organização Social e Política do Brasil), mais tarde denominada PB (Problemas Brasileiros), abolindo qualquer forma de contextualização do Brasil no mundo e o conhecimento da História internacional. A justificativa para a mudança na forma de ensino, segundo Rose Nogueira, é a associação que os militares fizeram entre rebeldia e conhecimento: eliminar qualquer forma de reflexão acabaria, por consequência, com a resistência ao regime. “Se dependesse deles, seria criado um país de burrinhos, mão de obra barata, que pedia pelo amor de Deus pra trabalhar e pra comer”. A restrição ao conhecimento não impediu que o povo lutasse e alcançasse a democracia. Hoje, essa restrição se encontra na reluta do governo em tornar público o passado referente às décadas de 60, 70 e 80, o que não pode interferir na luta da sociedade pela verdade.

A desestruturação também atingiu o campo ideológico; a ditadura instaurou uma cultura de medo e repressão, arrancou do brasileiro seu caráter “bom, simpático e inteligente, inaugurando a perversidade através da censura e da autocensura”, conta Rose. “O processo era: acaba com esse povo, de fome, de desemprego, e olha o que temos ainda hoje: ignorância em relação à História. Feriu todo o povo brasileiro no seu dia a dia. E por isso matava.”. A abertura total dos arquivos do período ditatorial, além do resgate à memória, tem o papel de denunciar a repressão ideológica a que a sociedade foi submetida, e de certa forma, sofre até hoje.

O povo brasileiro tem o direito de conhecer sua própria história para ter subsídios na construção do futuro. Rose Nogueira: “Eu sempre falo que a informação é tão sagrada quanto arroz e feijão”.

“**A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE 1979 É OPORTUNISTA, SEM VERGONHA, ANTI-HISTÓRICA E CONTRA O POVO BRASILEIRO**”  
(ROSE NOGUEIRA, DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS)

Rose Nogueira no jardim de sua casa



Isabel Harari

## Justiça de Transição

Rose Nogueira traça um contexto histórico em que nunca se fez justiça de fato aos crimes cometidos contra o povo. Ela explica que a história se repete pela falta da “justiça na transição” de modelos governamentais.

“O Brasil não tem o costume de ter justiça de transição. Nós tivemos vários regimes: O país foi colônia, e depois da independência, instaurou-se a monarquia, mas o poder continuou nas mesmas mãos. Nós temos esse costume: a carta do Dom João XI para Dom Pedro I. proclama a Independência, mas o seu imperador brasileiro era o mesmo de Portugal. A ligação com a metrópole continuava total, promíscua e completa.

A transição da Monarquia para a República foi um golpe; até um dia antes o Marechal Hermes da Fonseca, Marechal Deodoro e outros detentores do poder, eram monarquistas, no dia seguinte, por oportunismo, uma vez proclamada a República, tornaram-se republicanos. O novo regime começa com os mesmos vícios da Monarquia; os primeiros governantes foram Marechais, e o período ficou conhecido como ‘República da Espada’.

No fim do Estado Novo, não houve justiça de transição; não se julgou Filinto Muller, que era chefe dos torturadores de Getúlio, nem os facistas. Em 1950, Vargas foi eleito novamente, e Luis Carlos Prestes, integrante do Partido Comunista e cuja mulher, Olga Benário Prestes foi enviada à Gestapo por ordens do próprio Getúlio, apoiou a candidatura no intuito de evitar um golpe militar naquele momento. Em 54, o presidente não agüentou e suicidou-se. Uma junta de governantes reivindicou o poder, e tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em vão. O golpe de 1964 foi construído ao longo da história do Brasil, pois o país nunca teve a justiça de transição.

O homem da *Folha da Tarde* que ficou no nosso lugar (Rose e o marido foram presos em 1969) era assessor do Tuma que anos depois virou senador e era chefe do Fleury, ambos integrantes do DOPS. Sarney deveria ter ido pra cadeia e não ter virado presidente. Tivemos que conviver também com o Antonio Carlos Magalhães, que sustentou a ditadura. Nós não julgamos a metrópole, nós não julgamos a monarquia, nós não julgamos os golpes. A História do Brasil permanece incerta.”

**Indenizações** – Rose Nogueira diz receber indenização mensal do governo pelos danos provocados pela ditadura, “eu inclusive ajudei outras pessoas a entrar com processo, em média as indenizações não passam de 3 mil reais por mês”.

A jornalista ainda afirma que a maioria das pessoas que sofreram durante os anos de chumbo não recebe qualquer tipo de reparação.

As indenizações pedidas por torturados, exilados e filhos de pessoas assassinadas e desaparecidas é legítima, mas a maneira como os pagamentos são feitos ainda é uma zona nebulosa.

O **Contraponto** tentou localizar informações sobre as pensões, e encontrar valores gastos e nomes dos beneficiados, mas esse tipo de informação é tão difícil de encontrar como os próprios arquivos da ditadura.

Os portais da receita federal, do tribunal de contas da união, bem como o Contas Abertas foram consultados e falharam em fornecer qualquer tipo de informação que esclarecesse os critérios, bem como apresentasse valores gastos.

(Rose Nogueira)